

R E C E N S A O

SHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Ed. Loyola, 1993, 143 p.

Maria Lia C. Corrêa de Araújo
Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco.

O livro de *SHERER-WARREN* se inscreve no programa de publicações do Centro João XXIII que, assim, visa à divulgação de análises sobre a realidade brasileira.

Os movimentos sociais constituem o objeto desse que é o primeiro livro da série a ser editada por aquele centro. Na verdade, a publicação apresenta-se sob a forma de uma coletânea de textos elaborados pela autora, em função de eventos científicos, nos quais participou como expositora. Tal característica, no entanto, não chega a interferir no sentido de quebrar a lógica da argumentação que perpassa todos os capítulos.

Prevalece, o que, aliás, é afirmado logo no Prefácio, a visão dos movimentos sociais sob a perspectiva teórica que enfatiza a feição atual desse tipo de organização, idéia que se expressa mais nitidamente no conceito de redes de movimentos. Ressalta a autora que as sociedades industriais estariam abrindo espaços para a formação de "estruturas mais flexíveis e descentralizadas horizontalmente através de redes de microcomputadores" (p. 08), contexto que estaria favorecendo o surgimento de *networks* ou *réseaux* de empresas e, também, de movimentos sociais.

Assim, a constatação dessa nova realidade aparece de maneira recorrente, quase como um leitmotiv, presente na análise proposta pela autora. Nessa perspectiva, propõe-se uma reflexão sobre "os marcos analíticos e conceitos-chaves" que têm orientado pesquisas sobre movimentos sociais na América Latina. Ao

segmentar a produção científica em quatro fases, Sherer-Warren estabelece uma classificação que procura ressaltar os aspectos predominantes em cada época, mostrando, por exemplo, que das análises apoiadas no conceito de classes sociais, os estudiosos passam a destacar, em períodos subseqüentes, as lutas nacionais-populares e, já no final dos anos 80, os movimentos de base (*grassroots*). Na década de 90, estariam sendo privilegiados, segundo a autora, os estudos que partem da idéia das redes de movimentos sociais (*networks*).

É, justamente, nessa linha de interpretação que Sherer-Warren discorre com maior nível de detalhamento, na sua abordagem sobre os movimentos sociais recentemente manifestos na América Latina.

Conforme é descrito, sob o enfoque das redes de movimentos sociais, duas visões se sobressaem: (a) A primeira atribui relevância aos Movimentos Sociais, tendo como referência o processo de desorganização social, ressaltando o paradoxo entre a modernização econômica e a “desmodernização” revelada na pobreza crescente, na escalada da violência organizada, na exclusão, sintomas do que se define como “desmovimento” ou imobilismo social; (b) A segunda, parte da avaliação crítica das interpretações sobre Movimentos Sociais, visando encaminhar novas perspectivas de estudos para os anos 90. Embora não negue a visão sobre as crises que se operam na sociedade civil, tenta contrapor “ao imobilismo das massas os espaços possíveis de mobilização; ao antimovimento ou condutas de crise, as novas formas de se movimentar ou de ações coletivas, e entender os significados políticos e culturais destas” (p 21).

Nos capítulos seguintes, ao tratar de temas específicos — como a utopia; o papel dos mediadores; as características dos movimentos rurais, salientando a sua relação com o meio ambiente e a consciência ecológica; os projetos em grande escala e a reação popular —, a autora consegue retratar, de maneira sucinta, a organização existente e, sobretudo, a prática e as propostas de atuação das entidades enfocadas.

O último capítulo retoma a discussão sobre o conceito de redes de movimentos sociais, reforçando pontos já enunciados anteriormente, ao longo do livro, a partir do enfoque privilegiado por estudiosos dos movimentos sociais. Busca-se, dentre outros aspectos, estabelecer um paralelo entre a situação de crise do desenvolvimento que atinge a América Latina e o processo de organização da sociedade civil (p. 111).

Segundo a autora, as condutas coletivas da sociedade brasileira dos anos 90 podem ser abordadas a partir de três tipos:

a sociedade atomizada; as condutas de crise; os movimentos sociais e as condutas defensivas.

O “crescente processo de individualização alienada, ou anômica, síndrome de uma sociedade atomizada” seria resultante de condições de modernização e de urbanização acelerada (p. 112). Neste cenário, observa-se a desorganização das condutas coletivas originárias de que participavam os indivíduos em momentos anteriores ou em outras localidades, no caso particular dos que migraram do campo para as cidades. Este fato, associado às precárias condições de existência, à ausência de lazer, dentre outros fatores agravantes, transforma o indivíduo em agente passivo frente aos meios de comunicação, sobretudo a televisão. As “novas identidades sociais não se constroem na relação face a face com o outro... ela se constrói enquanto identidade não-interativa, de forma meramente receptiva, passiva à imagem e sujeita à dominação ideológica” (p. 112). Tal situação favorece a atuação do líder, numa relação direta com massa, sem a intermediação de qualquer estrutura organizacional.

Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, o processo de modernização da economia convive com a “desmodernização política”, que expressa a “incapacidade do Estado em gerenciar satisfatoriamente os serviços públicos, a exclusão econômica... a desordem urbana, a violência organizada” (p. 113). As condutas de crise são a tradução do antimovimento social, do mesmo modo que a desmobilização ou o imobilismo social são o reflexo da sociedade atomizada. Como condutas de crise designam-se: (a) as várias formas de luta pela sobrevivência mediante ações como os saques, a invasão de terrenos urbanos, a formação de bandos de meninos de rua, dentre outros; (b) as práticas coletivas como os linchamentos, o apoio a justiceiros, que são produto da ineficiência e da descrença da população no sistema judiciário; (c) o crime organizado, a exemplo do narcotráfico (p. 114).

Os movimentos sociais e as condutas defensivas correspondem, exatamente, conforme alerta a autora, à sobrevivência das ações coletivas baseadas em um “imaginário social que visualiza a possibilidade de criação de alternativas futuras positivas” (p. 115).

No geral, o livro aqui comentado sistematiza de maneira clara as tendências atuais dos estudos sobre movimentos sociais, tendo-se como referência básica fenômenos peculiares à América Latina, especialmente o Brasil. Tal característica, por si só, já qualifica o trabalho, mesmo que possam se identificar pontos

de discordância no tocante à linha de interpretação privilegiada pela autora.

Talvez, por se tratar de textos curtos, a maioria deles produzidos em função de seminários ou congressos científicos, fica pouco explorada a idéia das redes como tônica principal dos movimentos sociais mais recentemente manifestos. Será, de fato, esta a nova imagem dos novos movimentos sociais, considerando-se a abrangência deste conceito na interpretação da autora? Ou, em outros termos, não estaria havendo uma certa confusão entre a noção de *network* e a de articulação política entre entidades representativas de segmentos diversos da população? Estas, sim, afiguram-se de maior importância — e, conseqüentemente, mais eficientes — do que a existência de redes informatizadas de comunicação, de bancos de dados. Na verdade, as redes constituem-se em instrumento valioso no processo de coletivização das lutas populares, sindicais, ou de setores específicos da população, como mulheres, negros, dentre outros. No entanto, ao se concentrar a análise no reconhecimento dessa nova característica dos movimentos sociais, não se estaria incorrendo no erro da supervalorização da técnica, em detrimento de aspectos mais relevantes, a exemplo das articulações políticas, em nível regional, nacional e, inclusive, internacional, fruto, não simplesmente do avanço tecnológico, mas da revisão e redirecionamento de posturas políticas e ideológicas? A técnica, por si só, não se constitui em veículo de conscientização e de politização. Ao contrário, a sua utilização pelos movimentos sociais parece ser resultado de processo anterior de construção de identidades e de formulação de objetivos, metas, pautas de luta, além da definição de mecanismos de difusão desse conhecimento crítico acerca da realidade.

Recife, 13 de outubro de 1993.